

VIII-093 – O PAPEL DA POPULAÇÃO NA SELEÇÃO DE TECNOLOGIAS DE TRATAMENTO DE ÁGUA

Eraldo Kobayashi dos Santos⁽¹⁾

Engenheiro Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (EESC/USP). Mestrando em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela EESC/USP. Engenheiro Ambiental da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

Lyda Patricia Sabogal Paz⁽²⁾

Professora do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo (SHS/EESC/USP).

Endereço⁽¹⁾: Av. Trabalhador Sãocarlense, 400. Parque Arnold Schmidt. São Carlos/SP. CEP: 13566-590. Brasil. Tel: +55 (16) 33739548 - e-mail: eksantos@sabesp.com.br

RESUMO

A administração pública, atualmente, empenha-se pela procura de apoio e aceitação da comunidade que representa visando aprovar ações e projetos. A participação comunitária, nos processos decisórios, torna-se um instrumento de extrema importância na busca por soluções sustentáveis. No âmbito legislativo, o Brasil aborda a necessidade de participação da população nos serviços públicos de saneamento; contudo, não existem diretrizes formalizadas para efetuar dada agregação. O município de Guarulhos/SP é um dos poucos exemplos de participação comunitária em atividade. Neste caso, criou-se o “Programa de Ações Integradas de Saneamento em Favela”, o qual busca a ligação entre o governo local e a comunidade com o objetivo de melhorar a situação em bairros precários, tendo sempre como perspectiva a inclusão social. De forma análoga, porém em diferentes âmbitos, existe o exemplo da cidade de Manaus/AM que elaborou sua própria legislação com diretrizes para incluir a sociedade em seus processos de decisão. No caso das estações de tratamento de água, a dificuldade de aderência da população na escolha da tecnologia, entre outros fatores, deve-se à ausência de incentivo, à gestão do sistema por parte das empresas de saneamento e à falta de conhecimento da importância na sustentabilidade do investimento. Neste contexto, o presente artigo avalia o papel da população na seleção de tecnologias de tratamento de água, pois apesar da dificuldade na implantação da participação da população, seus resultados são extremamente benéficos em relação à qualidade do serviço prestado pela abrangência colaborativa e construtiva, portanto, desgastes por conflitos são evitados melhorando a aceitação e a confiabilidade das decisões.

PALAVRAS-CHAVE: Participação comunitária, seleção de tecnologias, tratamento de água.

INTRODUÇÃO

Em épocas atuais, diversos governos vêm, a partir de uma pressão social, defendendo a estratégia da utilização da participação comunitária nas mais diversas situações. No entanto, a ideia de participação comunitária se difere em diversos âmbitos, não existindo um consenso claro e comum sobre um real significado de participação. Assim, as interpretações no diálogo mundial, muitas vezes, são contraditórias, ocasionadas por diferentes ideologias existentes (Paulilo, 1999).

Segundo Batley (*Apud* Paulilo, 1999), as formas de manifestação da participação comunitária podem ser observadas de várias formas, tais como: “(...) *pressão junto às instituições oficiais com o intuito de obter respostas para demandas localizadas; como consulta; como ação direta; como contribuição em dinheiro ou em mão de obra; como aumento da organização e da consciência política; como compartilhamento de responsabilidades ou de informações*”.

As manifestações existentes, nos casos de projetos de abastecimento de água, partem do agrupamento da comunidade visando o compartilhamento de suas necessidades e experiências a partir de organizações focadas em identificar suas prioridades, dividir tarefas e estabelecer metas. Além disso, a participação comunitária pode se tornar responsável pelas estratégias de acordo com os recursos existentes (financeiros, técnicos e humanos), pela busca por parcerias e pela definição, com clareza, dos papéis de cada pessoa dentro de um

planejamento de ações (Moisés, 2007 *Apud* Di Bernardo & Sabogal Paz, 2008). Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir a importância da participação popular em obras de saneamento, especificamente, na seleção de tecnologias de tratamento de água.

MATERIAIS E MÉTODOS

Uma ampla revisão bibliográfica foi realizada analisando as experiências de vários autores perante a importância da participação da sociedade nos diversos processos decisórios envolvidos na seleção de tecnologias de tratamento de água.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Administração Pública pode ser encarada como uma das formas utilizadas pela população para sua inclusão social. Segundo Perez (2006) *apud* Gil & Silva (2009):

“(...) é certo que a Administração Pública, na atualidade, passa a adotar novos métodos de atuação da sociedade civil (o papel principal da Administração Pública, nesta ótica, é o de favorecer o trabalho da sociedade sobre ela mesma). As relações entre Administração Pública e sociedade não mais se assemelham à tutela, pois a Administração depende da vitalidade das mediações sociais e do dinamismo dos atores sociais. A Administração, logo, em muitos casos, deve-se postar em posição horizontal, e não em vertical, em suas relações com a sociedade. Ao lado dos mecanismos tradicionais da coerção injunção e do constrangimento, Administração, em sua relação com a sociedade, passa a utilizar principalmente a orientação, a persuasão, à ajuda.”

Uma das ocorrências da possibilidade de participação na administração pública é citada por Gil & Silva (2009) no município de Manaus/AM:

“(...) Na esfera municipal percebe-se que há previsibilidade legal da ampla participação popular na tomada de decisões da administração pública na Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAN) que prevê possibilidade de consulta popular para decidir sobre política de desenvolvimento urbano e prestação de serviços essenciais (artigo 94, da LOMAN), bem como no Plano Diretor do Município de Manaus em seu Capítulo VII “Da Gestão Democrática”, que prevê no artigo 35 as diretrizes da Estratégia de Gestão Democrática”.

No caso do Município de Manaus, tais diretrizes versam sobre pontos importantes, desde a efetivação da participação popular no planejamento da cidade, na aplicação, monitoramento e avaliação do Plano Diretor, como também na consolidação e articulação de parcerias entre governo local e Ministério Público e entre Prefeitura e iniciativas privadas. Além disso, a promoção da descentralização administrativa e orçamentária é normatizada, neste caso, com a implantação do orçamento participativo (GIL & SILVA, 2009). Portanto, pode-se notar que existem, na esfera municipal, exemplos de legislação envolvendo a participação popular, podendo ser aplicados na escolha de tecnologias de tratamento de água.

No âmbito nacional, pode-se citar a Lei nº 11.445/2007, Art. 2º, parágrafo X - Controle Social, descrito no Art. 3º, parágrafo IV, como um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

Portanto, pode-se dizer que a legislação brasileira aborda, indiretamente, a necessidade da participação da sociedade em projetos de estações de tratamento de água, entretanto, não coloca diretrizes de como realizar essa função, que, muitas vezes, é ignorada ou feita de modo não representativo.

Experiências de participação comunitária no Brasil são escassas. Um exemplo é o caso da cidade de Guarulhos/SP com a criação do “Programa de Ações Integradas de Saneamento em Favelas” sendo resultado do acordo existente entre os diversos órgãos do governo local (Prefeitura Municipal) e da comunidade (Movimentos Populares e Associações de Moradores), com o objetivo de melhorar as condições sanitárias de bairros carentes (Sobrinho *et al.*, 2004). Um dos objetivos concretizados foi o início do desenvolvimento de

práticas construtivas de cidadania e integração de trabalhos, em conjunto com as Associações de Moradores, buscando, de modo mais abrangente, capacitar à comunidade para entender e participar de todos os trabalhos desenvolvidos no núcleo. Com isso, novas propostas de alternativas foram geradas para a implantação do saneamento em favelas, respeitando suas características e, deste modo, abrindo uma possibilidade de integração entre a comunidade e a empresa de saneamento, por meio de um processo educativo que concretizou a participação efetiva da comunidade nas decisões e na manutenção do próprio empreendimento (Sobrinho et al., 2004).

Segundo Di Bernardo & Sabogal Paz (2008), a participação da sociedade em projetos de saneamento ocorreu também no Estado da Bahia. A sociedade tinha como principais funções, o relato e a análise das condições ambientais, discutindo as diversas soluções tecnológicas e apontando as mais coerentes de acordo às condições locais.

Entretanto, encontrar casos em que a população atinge esse grau de participação é difícil, principalmente quando se fala de tecnologias de tratamento da água. O fato se deve à existência de tecnologias já consolidadas que são aplicadas conforme critérios essencialmente econômicos e posteriormente técnicos, mesmo em comunidades de pequeno porte, nas quais a Prefeitura ou a população ficam responsáveis pela operação e manutenção do sistema em questão.

Portanto, torna-se difícil, porém não impossível, a inclusão da sociedade em processos de decisão e planejamento. A não aderência das pessoas perante um determinado assunto se deve basicamente à falta de comunicação e oportunidade e à carência de conhecimento. Atualmente percebe-se falha na aplicação de diretrizes para a incorporação da sociedade em obras de saneamento. Quando a população se mobiliza para a participação muitas vezes os conhecimentos básicos e técnicos são falhos. Esses conhecimentos estão restritos em poucas pessoas, às vezes, não representativas à população. Sendo assim, é muito importante que a comunidade tenha acesso aos conhecimentos quantitativos e qualitativos do serviço em saneamento que está sendo prestado. O fato é reforçado pela Constituição Nacional ao indicar que é dever da União promover programas de saneamento básico, conseqüentemente, o acesso da população à tomada de decisão deveria ser obrigatória no contexto de soluções sustentáveis.

CONCLUSÃO

A efetiva participação popular, em investimentos associados às obras de saneamento, dar-se-á em função da conscientização da sociedade e dos governos. A participação da sociedade gera aceitação, qualidade no serviço e retorno do investimento; portanto, não pode ser esquecida em processos decisórios, principalmente, em comunidades de pequeno porte responsáveis pela operação e manutenção do sistema construído.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DI BERNARDO, L.; SABOGAL PAZ, L.P. (2008) Seleção de tecnologias de tratamento de água. São Carlos: Editora LDiBeLTDA, Volume II, 2008.
2. GIL, G.L.; Silva, S.T. (2009) Política de Saneamento Básico no Município de Manaus: Desafios e Perspectivas. Artigo publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, São Paulo, 2009.
3. LEI Nº 11.445/2007 (2007). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em 25/06/2012.
4. PAULILO, M.A.S. (1999) Participação comunitária: Uma proposta de avaliação. In: Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 1, n. 2, p. 141-160, jan./jun. 1999.
5. SOBRINHO, A. P.; SILVA, C.C.; FONSECA, J.A. (2004) Formulação e Implantação de Políticas Públicas - Saneamento e Cidadania. São Paulo: Departamento de Planejamento e Projetos - Divisão de Saneamento em Favelas - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos (SAAE). Assembleia Nacional da ASSEMAE, 34, Rio Grande do Sul, 16-21. Maio. 2004.